



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL 018/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
DIVERSOS

FÁBIO PERSCH, Prefeito Municipal de Bom Princípio, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Princípio, sita à Avenida Guilherme Winter, nº 65, encontra-se aberta LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, COM JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, mediante as condições estabelecidas neste edital:

1 - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 07/03/2022

HORÁRIO: 14 horas

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

02 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DO LOCAL DE ENTREGA

O objeto do presente edital é a aquisição de materiais de construção diversos conforme descrição abaixo:

Item	Descrição	Un	Quantidade prevista (intervalo)	Valor referência Unitário
1	Barra de ferro 4.2 mm	BR	1 – 1.500	R\$ 15,90
2	Barra de ferro 5.00 mm	BR	1 – 1.500	R\$ 23,90
3	Barra de ferro 8.00 mm	BR	1 – 1.500	R\$ 46,50
4	Barra de ferro 10.00 mm	BR	1 – 1.500	R\$ 65,00
5	Barra de ferro 12.5 mm	BR	1 – 1.500	R\$ 117,00
6	Arame recozido nº 16	KG	1 – 1.000	R\$ 23,90
7	Prego cabeça dupla 17 x 27 – Pacote de 01kg	UN.	1 – 500	R\$ 30,90
8	Prego 19 x 39 – Pacote de 01kg	UN.	1 – 1.000	R\$ 21,40
9	Prego 16 x 24 – Pacote de 01kg	UN.	1 – 1.000	R\$ 26,20
10	Prego 16 x 21 – Pacote de 01kg	UN.	1 – 1.000	R\$ 23,00
11	Areia média	M³	1 – 1.000	R\$ 125,00
12	Areia fina	M³	1 – 1.000	R\$ 115,00



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

13	Alvenarite 05 litros	UN.	1 – 1.000	R\$ 28,00
14	Cal hidratada (CH-II) 20kg/saco	UN.	1 – 1.500	R\$ 13,70
15	Cal para pintura – 05kg/saco	UN.	1 – 1.500	R\$ 12,00
16	Cimento Portland tipo CP IV 50kg/saco	UN.	1 – 2.000	R\$ 35,50
17	Pedra grês 45 x 13 x 23 dura	UN.	1 – 30.000	R\$ 3,80
18	Tijoleta 15x44x7cm	UN.	1 – 10.000	R\$ 2,80
19	Tubo de concreto 300 M/F – PS 2 – 24Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 3.500	R\$ 40,00
20	Tubo de concreto 300 P/B – PS 2 – 24Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 3.500	R\$ 50,00
21	Tubo de concreto 400 M/F – PS 2 – 24Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 3.500	R\$ 48,00
22	Tubo de concreto 400 P/B – PS 2 – 24Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 3.500	R\$ 62,00
23	Tubo de concreto 400 P/B – PA 2 – 36Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 3.500	R\$ 137,50
24	Tubo de concreto 600 P/B DN – PS 2 – 36Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 3.500	R\$ 108,00
25	Tubo de concreto 600 P/B DN – PA 2 – 54Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 3.500	R\$ 256,25
26	Tubo de concreto armado PA-2 P/B DN 800MM – 72Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 500	R\$ 456,50
27	Tubo de concreto P/B 1.000 – PA2 – 90Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020	UN.	1 – 1.500	R\$ 606,25
28	Meio-fio de concreto 01m x 20cm x 12cm (base)	UN.	1 – 15.000	R\$ 25,00
29	Meio-fio de concreto 01m x 30cm x 12cm (base)	UN.	1 – 15.000	R\$ 28,00

1.1 – Prazo para entrega: 24 horas após a emissão do empenho.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

1.2 – Local de entrega e quantidade de cada entrega: Constará na nota de empenho, tanto o local da entrega que se dará em qualquer localidade dentro do território do Município, quanto a quantidade a ser entregue.

03 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste edital correrão a conta das seguintes dotações do orçamento vigente:

8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

2 - INFRAESTRUTURA

15.451.0208.1005 CONSTRUCAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (959)

RECURSO: 1 LIVRE

17.512.0208.1018 IMPLANTAR SISTEMA DE ESGOTO

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (1013)

RECURSO: 1 LIVRE

15.451.0208.1025 CONSTRUÇÃO DE ESTR./PONTES/ASF./CALCAM.

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (802)

RECURSO: 1 LIVRE

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (863)

RECURSO: 11 ALIENAÇÕES

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (803)

RECURSO: 1051 CIDE

15.451.0208.2011 MANUT.DOS SERV.DE PRACAS, PARQUES, JARDINS

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (960)

RECURSO: 1 LIVRE

15.451.0208.2534 Construção de Infraestrutura para o Presente e Futuro do Município

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (843)

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (828)

RECURSO: 1 LIVRE

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (839)

RECURSO: 1051 CIDE

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (832)

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (834)

RECURSO: 3013 DNPM

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (835)

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (837)

RECURSO: 3014 FUNDO ESPECIAL

04 - PARTICIPAÇÃO

4.1. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, até o horário estipulado para o início da sessão, conforme dispõe o item 1 deste Edital.

4.2. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

4.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

4.5. Não poderão participar deste Pregão:

- a) empresa suspensa de contratar com o Município de Bom Princípio/RS;
- b) empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- c) empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
- d) Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

5 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1 - Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", através do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

5.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2 - O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Bom Princípio/RS, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6 - ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca dos itens cotados, valor total do item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.

6.1.1 - A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico e deverá conter a descrição dos produtos ofertados.

6.2 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4 - O item de propostas que eventualmente contemplem descrições que não correspondam às especificações contidas no item 02 - Do objeto - deste Edital serão desconsideradas.

6.5 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

- a) preço unitário e total para o objeto licitado em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
 - b) indicar a marca do item cotado;
 - c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: preço, despesas com custo, transporte, seguro, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.
 - d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.
 - e) Substituir, em um prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, os materiais de construção que apresentarem defeitos de fabricação, devidamente comprovado;
 - f) Condição de entrega: Prazo para entrega é de até 24 horas úteis a partir da data de emissão do empenho.
- 6.6 - Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de natureza formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
- 6.7 - Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.
- 6.8 - A nota de empenho estará disponível no Portal da Transparência, após a homologação.

7 - ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

- 7.1 - O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.
- 7.2 - A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8 - FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1 - Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.
- 8.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR DO ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 8.3 - Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 8.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 8.5 - Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.
- 8.6 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.
- 8.7 - Após comunicado do pregoeiro, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 11 no prazo máximo de até 02 (duas) horas através do e-mail contratos@bomprincipio.rs.gov.br, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada de todos os documentos solicitados no item



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

11, no prazo de até 03 (três) dias úteis, caso houver documentos sem assinatura digital ou autenticação eletrônica.

8.7.1 - A critério do pregoeiro, esse prazo poderá ser prorrogado.

9. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

9.1 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 - Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

10.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão.

10.3 - O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.4 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.5 - Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará ao respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

10.6 - Serão automaticamente desclassificadas todas as propostas que excederem aos valores estipulados no item 02 - Do Objeto - por item.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.1.1 - Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus diretores, no caso de sociedade por ações;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2 - Regularidade Fiscal:



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Dívida Ativa com a União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- d) Certidão Negativa de débitos Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho.

11.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Fiscal, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a sessenta (60) dias, contados da data do cadastro.

11.1.4 – Declarações

- a) Cumprimento do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, por meio de declaração da proponente de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.
- b) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação.
- c) Declaração de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- d) A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deste edital, deverá apresentar, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.

11.2 - Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, serão encaminhados ao Pregoeiro, ao final da Sessão Pública, de acordo com o item 8.7 deste Edital.

11.3 - A critério do pregoeiro, esse prazo poderá ser prorrogado.

12 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

12.1.1 Recebida a impugnação, o pregoeiro irá encaminhá-la à autoridade competente, que decidirá no prazo de vinte e quatro horas.

12.1.2 - Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

13 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

13.1 - Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/2002, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

13.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

13.2 - O licitante que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro disporá do prazo de três (03) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

13.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

13.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 - Não serão reconhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por correios ou entregues pessoalmente.

13.7 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

14.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

a) entregar os itens contratados conforme especificações deste edital e em consonância com a proposta de preços.

b) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

d) arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata de registro de preços;

e) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

16 - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Homologada a licitação, o município convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura da ata de registro de preços, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

16.2 - O prazo para assinatura do registro de preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Bom Princípio.

16.3 - Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o registro de preços, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o termo de ajuste e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 18 deste Edital.

16.4 - A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.5 - A Contratada é responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.6 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do registro de preços.

16.7 - A Contratada assume única e exclusiva responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata.

16.8 - A inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

16.9 - O registro de preços terá validade de 1 (um) ano sem possibilidade de renovação.

16.9.1 - A de registro de preços poderá ser convertida em contrato de fornecimento, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, durante o período de validade da ata.

17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, a licitante que:

- a) deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- b) apresentar documentação falsa;
- b) não manter a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) deixar de entregar os materiais de construção no prazo previsto neste edital.

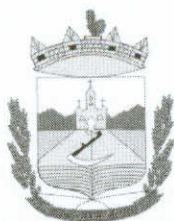
18 - PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será na primeira quinta-feira subsequente a entrega dos itens objeto desta licitação, e conferência das mesmas nas condições estabelecidas neste edital, mediante apresentação de nota fiscal onde deverá constar o número do empenho, a ser conferida pelo fiscal, o servidor Dirceu Rambo.

18.2 - O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

18.3 - O pagamento se dará exclusivamente mediante transferência eletrônica na conta da empresa contratada.

18.4 - O preço dos itens objeto desta licitação são fixos e irredutíveis.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.2 - Os itens objeto desta licitação não sofrerão acréscimos.

19.3 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

19.4 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico contratos@bomprincípio.rs.gov.br.

19.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.6 - O contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

19.7 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data mencionada no Item 1, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

19.8 - O Município de Bom Princípio/RS se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

19.9 - Integram este Edital de Pregão Eletrônico:

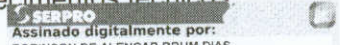
19.9.1 - ANEXO I - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Bom Princípio, 16 de fevereiro de 2022


FABIO PERSCH
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica, a exceção do seu objeto, por se tratar de questão que exige conhecimentos técnicos

Em ____/____/____.


Assinado digitalmente por:
ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Departamento Jurídico



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2022

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Pelo presente instrumento particular de ata de registro de preços as partes de um lado o MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 90.873.787/0001-99, com sede à Avenida Guilherme Winter, 65, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fábio Persch, inscrito no CPF nº 985.725.040-87 doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, município de _____, neste ato representada por _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto da presente ata de registro de preços a aquisição de materiais de construção diversos, conforme Pregão Eletrônico Nº 001/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA obriga-se a fornecer, ao CONTRATANTE, conforme condições estabelecidas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico Nº 006/2022, anexos e de acordo com a proposta vencedora da licitação os produtos abaixo discriminados:

Item	Descrição	Un	Quantidade prevista (intervalo)	Valor Unitário
1	Barra de ferro 4.2 mm. MARCA:	BR	1 – 1.500	
2	Barra de ferro 5.00 mm. MARCA:	BR	1 – 1.500	
3	Barra de ferro 8.00 mm. MARCA:	BR	1 – 1.500	
4	Barra de ferro 10.00 mm. MARCA:	BR	1 – 1.500	
5	Barra de ferro 12.5 mm. MARCA:	BR	1 – 1.500	
6	Arame recozido nº 16. MARCA:	KG	1 – 1.000	
7	Prego cabeça dupla 17 x 27 – Pacote de 01kg. MARCA:	UN.	1 – 500	
8	Prego 19 x 39 – Pacote de 01kg. MARCA:	UN.	1 – 1.000	
9	Prego 16 x 24 – Pacote de 01kg. MARCA:	UN.	1 – 1.000	
10	Prego 16 x 21 – Pacote de 01kg. MARCA:	UN.	1 – 1.000	
11	Areia média. MARCA:	M³	1 – 1.000	



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

12	Areia fina. MARCA:	M³	1 – 1.000	
13	Alvenarite 05 litros. MARCA:	UN.	1 – 1.000	
14	Cal hidratada (CH-II) 20kg/saco. MARCA:	UN.	1 – 1.500	
15	Cal para pintura – 05kg/saco. MARCA:	UN.	1 – 1.500	
16	Cimento Portland tipo CP IV 50kg/saco. MARCA:	UN.	1 – 2.000	
17	Pedra grês 45 x 13 x 23 dura. MARCA:	UN.	1 – 30.000	
18	Tijoleta 15x44x7cm. MARCA:	UN.	1 – 10.000	
19	Tubo de concreto 300 M/F – PS 2 – 24Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 3.500	
20	Tubo de concreto 300 P/B – PS 2 – 24Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 3.500	
21	Tubo de concreto 400 M/F – PS 2 – 24Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 3.500	
22	Tubo de concreto 400 P/B – PS 2 – 24Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 3.500	
23	Tubo de concreto 400 P/B – PA 2 – 36Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 3.500	
24	Tubo de concreto 600 P/B DN – PS 2 – 36Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 3.500	
25	Tubo de concreto 600 P/B DN – PA 2 – 54Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 3.500	
26	Tubo de concreto armado PA-2 P/B DN 800MM – 72Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 500	
27	Tubo de concreto P/B 1.000 – PA2 – 90Kn/M, com 01 metro de comprimento, conforme NBR 8890/2020. MARCA:	UN.	1 – 1.500	
28	Meio-fio de concreto 01m x 20cm x 12cm (base). MARCA:	UN.	1 – 15.000	



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

29	Meio-fio de concreto 01m x 30cm x 12cm (base). MARCA:	UN.	1 – 15.000	
----	--	-----	------------	--

CLÁUSULA TERCEIRA: O pagamento será na primeira quinta-feira subsequente a entrega dos itens e conferência do mesmo nas condições estabelecidas no edital e nesta ata de registro de preços, mediante apresentação de nota fiscal onde deverá constar o número do empenho, a ser conferida pelo servidor Dirceu Rambo.

CLÁUSULA QUARTA: Correm por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas necessárias a entrega do objeto deste contrato, tais como transporte, fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA QUINTA: Prazo para entrega dos itens objeto desta ata de registro de preços é de até 10 dias a partir da data de emissão do empenho.

CLÁUSULA SEXTA: As despesas decorrentes do presente registro de preços correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

2 - INFRAESTRUTURA

15.451.0208.1005 CONSTRUCAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (959)

RECURSO: 1 LIVRE

17.512.0208.1018 IMPLANTAR SISTEMA DE ESGOTO

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (1013)

RECURSO: 1 LIVRE

15.451.0208.1025 CONSTRUÇÃO DE ESTR./PONTES/ASF./CALCAM.

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (802)

RECURSO: 1 LIVRE

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (863)

RECURSO: 11 ALIENAÇÕES

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (803)

RECURSO: 1051 CIDE

15.451.0208.2011 MANUT.DOS SERV.DE PRACAS, PARQUES, JARDINS

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (960)

RECURSO: 1 LIVRE

15.451.0208.2534 Construção de Infraestrutura para o Presente e Futuro do Município

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (843)

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (828)

RECURSO: 1 LIVRE

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (839)

RECURSO: 1051 CIDE

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (832)

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (834)

RECURSO: 3013 DNPM

333903000000000 MATERIAL DE CONSUMO (835)



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (837)
RECURSO: 3014 FUNDO ESPECIAL

CLÁUSULA SÉTIMA: Esta ata de registro de preços está vinculada ao Pregão Eletrônico Nº 006/2022 e será regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e alterações, Lei 10.520/2002 a qual terá aplicabilidade também onde este ajuste for omissivo.

CLÁUSULA OITAVA: O Município poderá modificar unilateralmente o presente termo, para melhor adequação as finalidades de interesse público respeitado os direitos do CONTRATADO.

CLÁUSULA NONA: Constituem direitos e obrigações dos contratantes todos aqueles avençados no presente instrumento, em especial os abaixo referidos:

I – Dos Direitos

Do CONTRATANTE:

- receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

Da CONTRATADA:

- perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

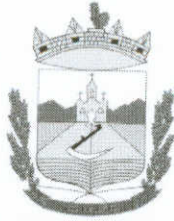
II – Das Obrigações

Do CONTRATANTE:

- fiscalizar o recebimento dos materiais de construção licitados;
- efetuar o pagamento nos prazos e condições ajustadas.

Da CONTRATADA:

- entregar aos materiais de construção na quantidade, qualidade, marca e especificações constantes no edital, seus anexos, na proposta vencedora e nesta ata de registro de preços;
- entregar os materiais de construção objeto do presente termo, na forma, nos prazos e condições previstas no presente instrumento e edital;
- repor, sem qualquer ônus, os materiais de construção entregues fora das especificações, quantidade ou qualidade especificados na proposta vencedora;
- assumir a inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no edital;
- manter durante a execução do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- apresentar durante a execução do registro de preços, se solicitado, documentos que comprove estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA – Pela inexecução total ou parcial do registro de preços o **CONTRATANTE** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

I - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

II - Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do registro de preços, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

III- Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do registro de preços, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

§ 1º - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do registro de preços, considerando a quantidade máxima estimada por item. As multas aplicadas na execução da ata de registro de preços serão descontadas do pagamento, a critério exclusivo do **CONTRATANTE** e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Poderá ser rescindido o presente registro de preços, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CONTRATADA**, se esta:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento;

II - subcontratar, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto desta ata a terceiros;

III - fusionar, cindir ou incorporar-se a outra empresa;

IV - falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;

V - demonstrar incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a entrega dos materiais de construção.

PARÁGRAFO ÚNICO – Este ajuste poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do **CONTRATANTE**, mediante termo próprio, recebendo a **CONTRATADA** o valor dos produtos se já entregues.

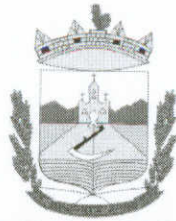
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Infraestrutura através do servidor Dirceu Rambo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas com a execução desta ata de registro de preços, fica eleito o Foro da Comarca de São Sebastião do Cai/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais competente e qualificado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente às testemunhas abaixo firmadas, a tudo presentes.

Bom Princípio, ____ de março de 2022.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

FABIO PERSCH
Prefeito Municipal

Contratado